

A LIBERDADE, OS INCONFIDENTES MINEIROS E A DITADURA MILITAR, NO JORNAL “ESTADO DE MINAS”, ENTRE 1964 E 1968

Aline Fonseca Carvalho¹

Resumo

A característica fundamental de uma ditadura, o que faz com o que este tipo de governo se diferencie de outros, é a supressão de liberdades. Para que qualquer governo perdure, seja ele ditatorial ou não, o apoio do máximo de classes sociais possível é fundamental. No caso da Ditadura Militar atravessada pelo Brasil entre 1964-1984, as liberdades individuais foram duramente restringidas, atingido seu ápice com a promulgação do AI-5. Em uma das formas de incutir uma noção de luta contra a opressão e até de dar uma certa maquiagem de liberdade ao governo, a História da Inconfidência Mineira foi por vezes invocada e adaptada. Este estudo analisa brevemente a dimensão da liberdade pretendida pelos inconfidentes e alguns dos modos como foi explorado esse mote por atores, situacionistas ou opositoristas, que viveram a ditadura militar antes da promulgação do AI-5, por meio de textos publicados pelo jornal *Estado de Minas*.

Palavras chave: Imaginário, Ditadura, Inconfidência Mineira, liberdade, memória.

Abstract

The most important characteristic in a dictator government is what makes those kind of government different from the others: suppression of freedom. For any government to last, dictatorial or not, the social classes support is fundamental. Referring to the dictatorship in Brazil between 1964 and 1984 the individual freedom was hardly reduced, achieving its highest point with AI-5. With the purpose of induce one notion of fight against oppression and make up the govern giving freedom aspects, sometimes the history of Inconfidência Mineira was invoked and adapted. This research analyses how the inconfidentes conceived freedom and how that theme was explored by the political actors, situation or opposition, in Military Dictatorship before the AI-5 promulgation, using texts published by the journal *Estado de Minas*.

Key words: Imaginary, Dictatorship, Inconfidência Mineira, freedom, memory

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Esta é uma parte da pesquisa que se tornou a dissertação “A Conveniência de um Legado Adequável: representações de Tiradentes e da Inconfidência Mineira durante a Ditadura Militar 1964-1984”, orientada pelo Prof. Dr. João Pinto Furtado, com financiamento CNPQ.

Este artigo pretende entender as diversas concepções de liberdade concernentes aos planos dos conjurados de Minas Gerais em 1789 e posteriormente analisar os usos políticos possíveis da apropriação destes mesmos ideais quase 200 anos depois. Para tanto, esse trabalho trata de duas fases da História do Brasil que estão temporalmente muito separadas entre si. A primeira é a Inconfidência Mineira de 1789 e a segunda a ditadura militar que durou de 1964 a 1985.

Ambas têm seu espaço reservado na memória dos brasileiros, embora sejam lembradas de formas bem distintas. Enquanto, a primeira tem a simpatia, mais que isso, tem a gratidão do povo, a segunda suscita mágoas e sentimentos negativos para uma massa de brasileiros.

Daniel Arão Reis fala da dificuldade do povo brasileiro em lidar com a memória da ditadura militar. Essa dificuldade estaria em entender como a sociedade “participou, num passado ainda muito recente, da construção de uma ditadura, que definiu tortura como política de Estado.” (REIS, 2004: 49)

A memória da Inconfidência Mineira, que persiste até os dias de hoje, teve sua gênese com o movimento republicano. Segundo José Murilo de Carvalho, em meados da década de 1870, este movimento resgatou Tiradentes, o personagem mais famoso da Inconfidência Mineira, para a composição de seu imaginário dando início à construção de uma história oficial para a Inconfidência Mineira.

“A busca de um herói para a República acabou tendo êxito onde não o imaginavam muitos participantes da proclamação. Diante das dificuldades em promover os protagonistas do dia 15, quem aos poucos se revelou capaz de atender as exigências da mitificação foi Tiradentes.”(CARVALHO, 1990: 52)

Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é invocado pela memória nacional com maior frequência do que o movimento inconfidente como um todo.

“Celebrado como herói nacional há mais de um século, Tiradentes tornou-se portador de qualidades extraordinárias em geral indiscutíveis para a maioria dos brasileiros que conhecem sua história ou dela ouviram falar.”(FONSECA, 2001:13)

Os republicanos trouxeram, em fins do século XIX, o martírio de Tiradentes ao plano das discussões políticas, como sendo ele o precursor da idéia de liberdade, para o território brasileiro.

A Inconfidência Mineira ainda é, objeto de intensa batalha historiográfica. Existem ainda dúvidas quanto às reais intenções do movimento, bem como sobre a aparência física do alferes.

Com a proclamação da República em 1889, o nome do mártir em questão, ganhou praças, ruas, prédios públicos e privados, entre outras coisas. O dia de sua execução, 21 de abril, tornou-se feriado nacional.

Por todo Brasil, o dia 21 de abril seria comemorado em escolas, quartéis, praças e etc., todos prestariam suas homenagens àquele que pagou com a vida pelo ideal de libertar o Brasil.

Mas, foi em 21 de abril de 1952, que o então governador do Estado de Minas Gerais, o senhor Juscelino Kubitschek, deu início à tradicional festa do dia de Tiradentes, que acontece em Ouro Preto, todos os anos. Essa comemoração anual é carregada de simbologia e funções de memória explícitas e implícitas.

De acordo com Eric Hobsbawn, pode-se dizer que a festa de Ouro Preto e os recursos de ativação da memória por ela aventados se encaixam na concepção de tradição inventada:

“Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.” (HOBSBAWN, 1984: 9)

O que acontece é que, ao participar da comemoração do 21 de abril em Ouro Preto, a gratidão e o carisma, já consolidados pela história oficial da Inconfidência Mineira na memória do espectador, são reativados. A partir daí, os oradores tentam, em seus discursos, estabelecer uma continuidade entre os ideais inconfidentes e as ações políticas praticadas por eles, no presente. Ocorre a legitimação das ações do governo que se posiciona como movido por um ideal maior, projetado no passado, que não foi esquecido e está sendo continuado.

A construção de um lugar para a Inconfidência Mineira, na memória dos brasileiros, inicia-se na escola, nos livros didáticos e é reforçada pela mídia, pela convivência com outras pessoas, enfim, por diversos fatores.

O tipo de lembrança em relação ao mito da Inconfidência Mineira, abordada aqui, pode ser explicada por uma frase de Halbwachs, quando este falava da lembrança que tinha de coisas que não viveu pessoalmente, mas que faziam parte de suas recordações: “Carrego comigo uma bagagem de lembranças históricas que posso ampliar pela conversação ou pela leitura. Mas é uma memória emprestada e que não é minha.”(HALBWACHS, 1990: 54)

É neste ponto que está situada a memória da Inconfidência Mineira inculcada no inconsciente coletivo. São lembranças adquiridas através de livros, revistas, conversas ou atos cívicos, mas que não fazem parte da bagagem de fatos vivenciados pela pessoa que lembra. Aliás, não fazem parte da vivência de ninguém, tudo o que se sabe é adquirido através de estudos ou de troca de informações. A memória que a maioria dos brasileiros têm foi adquirida de fontes que reproduzem e difundem a história oficial.

A conjuração de 1789 em Minas Gerais teve sua memória recuperada e moldada pelo movimento republicano brasileiro no século XIX, como bem expôs José Murilo de Carvalho em *A formação das almas*. Para que se consagrasse como evento precursor da independência do Brasil, foi construída uma versão grandiosa em torno deste movimento e, sobretudo, um bombardeio de imagens, histórias, nomes de locais públicos para que o alferes Joaquim José da Silva Xavier se tornasse o mártir da Inconfidência.

Para se construir argumentos que permitam analisar distorções, invenções ou apropriações dos sentidos de liberdade empreendidos pelos inconfidentes mineiros é necessário entender quais eram esses sentidos de liberdade. Antes de analisar os discursos exaltadores proferidos entre 1964-68, uma breve retomada da historiografia acerca da apreensão dos ideais de liberdade do movimento setecentista.

De que liberdade esses conjurados falavam? Esta pergunta já foi respondida por muitos historiadores, de formas diversas, que serão expostas a partir deste ponto, com o intento chegar a alguma conclusão sobre o alcance do ideal de liberdade inconfidente.

O levante ficou no inconsciente coletivo como movimento que objetivava libertar o Brasil da pesada mão do colonizador português. Tiradentes é reverenciado como o homem que deu sua vida em prol de um ideal de liberdade e, por outro lado, Joaquim Silvério dos Reis, o primeiro delator do levante, tem o desprezo e a alcunha de traidor gravada na memória brasileira.

É fato que ninguém ingressa em um movimento sem ver, na possibilidade de sucesso do mesmo, um objetivo pessoal realizado. Ainda que este objetivo traga favorecimento a mais pessoas que não só a si próprio ou seja puramente ideológico, haverá sempre um motivo pessoal.

No caso dos inconfidentes, vários motivos os impeliram a se reunir e arquitetar planos sediciosos.

Uma parte deles devia ao fisco quantias enormes, em alguns casos maiores que suas próprias posses, como o exemplo de João Rodrigues de Macedo.² A possibilidade de cobrança dessas dívidas, na forma da *derrama* ou não, alimentava a idéia de se insurgir contra Portugal e se verem livres desse problema.

Segundo Kenneth Maxwell e João Pinto Furtado, a derrama teria sido suspensa no dia 14 de março de 1789, e Joaquim Silvério dos Reis teria feito sua primeira denúncia no dia 15 de março do mesmo ano. O motivo que teria levado o delator a procurar o governador da capitânia, teria sido o desespero frente à possibilidade de não acontecer o levante e assim continuar ele sendo devedor. Alguns inconfidentes queriam, com o movimento, apenas a suspensão desse temido imposto, logo estando a derrama suspensa, não haveria porque prosseguir na conspiração.

Pensando em acabar com suas dívidas, Silvério se apressou em fazer um acordo com o governo. Posteriormente, ele teria voltado a barganhar favores, pedindo em troca de mais informações, que seu nome fosse retirado do processo.

O fato é que Silvério se tornou inconfidente pleiteando sua própria liberdade, em relação ao fisco e às suas dívidas. Isto é, sua liberdade econômica e financeira.

Villalta, sobre um brinde feito no batizado dos filhos de Alvarenga Peixoto, diz que a pessoa que teria levantado o brinde o fez em intenção de Silvério dos Reis, que cedo se veria livre da fazenda real, e apreende deste episódio que liberdade “imbrica, ao mesmo tempo, a economia e a política, a ânsia pela riqueza e a contestação vedada da ordem política instituída.”(VILLALTA , 2000: 321)

A dificuldade de ampliar suas posses e para alguns de enriquecer se devia, em grande parte, à intervenção, da administração metropolitana, na extração dos minérios e pedras preciosas das Minas. A liberdade de administrar a extração das riquezas

² João Rodrigues de Macedo não foi preso nem julgado, mas ao que tudo indica fazia parte do grupo e estava bastante envolvido. Ver Maxwell (2001), Furtado (2002) e Jardim (1989) entre outros.

minerais, sem o olhar da coroa portuguesa, facilitaria o acúmulo de capitais. A riqueza extraída dessa terra geraria lucros para os exploradores daqui.

Se a sedição fosse bem sucedida, a administração do distrito diamantino, como coloca Márcio Jardim, seria dada ao padre Rolim e a extração dessas riquezas seria livre.

Os planos que envolvem liberdade em relação à metrópole e lucro, não ficaram restritos à extração mineral e exploração da terra. A liberdade de comércio, bem como a abertura dos portos à outras nações, também estava na pauta de realizações do movimento.

A liberdade de comércio seria inclusive a razão que impeliria os comerciantes do Rio de Janeiro a aderirem ao movimento.

Maxwell conta que, em 1788, foram localizados e desmontados teares na cidade do Rio de Janeiro, por ordem do Vice Rei. Esse episódio aponta para uma outra razão que poderia ter impelido os comerciantes cariocas a apoiarem os planos dos conjurados de Minas. Ainda segundo as idéias de Kenneth Maxwell, o que os cariocas viram de interessante nos planos dos mineiros era a “*liberdade de negócio*” (MAXWELL, 2001:154). Nessa expressão, *liberdade de negócio*, estão incluídos tanto os interesses comerciais, quanto os de produção.

Ainda sobre os aspectos, que envolvem liberdades e finanças, abarcados nos planos da conjuração está a definição do destino dos impostos eclesiásticos.

A Igreja seria emancipada em relação ao Estado. “Os tributos eclesiásticos recolhidos pela coroa e repassados ao clero através da junta da real fazenda, passariam a ser cobrados diretamente pela Igreja”.(JARDIM , 1989: 359)Em contrapartida, pela liberdade de cobrar seus próprios impostos, a Igreja se comprometeria a instalar educandários, casas de misericórdia e outros estabelecimentos deste tipo.

A economia pesou nas decisões dos inconfidentes em relação a um outro ponto em que a liberdade se fazia presente: a escravidão.

A questão da abolição dos escravos é bastante polêmica na historiografia da Inconfidência. Márcio Jardim diz que não seriam libertados, Maxwell e Villalta dizem que os escravos nascidos no país teriam sua liberdade. Mas, Maxwell atenta que “apesar da disposição para emancipar os escravos nascidos no país, em si uma proposição

estorrecedora para 1789, não se previa qualquer reajustamento básico e até as repercussões deste gesto eram subestimadas.”(MAXWELL , 2001: 155)

Há uma vertente que diz que alguns inconfidentes queriam libertar os escravos, mas como eram minoria acabaram vencidos e o sistema escravista seria mantido nas propostas do movimento, João Furtado é adepto desta opinião. Luiz Carlos Villalta, em *1789-1808 O império luso brasileiro e os Brasis*, diz que os negros eram maioria e que como forma de evitar que eles tomassem partido contrário ao levante, Alvarenga Peixoto e padre Toledo, que eram da comarca do Rio das Mortes, se posicionaram a favor de libertar os escravos nascidos no Brasil, mas seus companheiros de Vila Rica foram contra. Enquanto, VILLALTA (2000) fala que a proposta era libertar os escravos nascidos no Brasil, Furtado não especifica quais seriam os cativos a serem libertados. (FURTADO, 2002: 82)

Rouanet, referindo-se a abolição da escravidão, no ideário inconfidente escreveu que:

“De modo geral os inconfidentes eram favoráveis à abolição. Alguns, como Maciel, temiam que ela acarretasse o abandono das lavras e da agricultura, mas prevalecia o sentimento abolicionista, nem sempre por razões humanitárias. Alvarenga Peixoto, por exemplo, advogava a libertação dos escravos por temer a eclosão de uma luta racial em que os brancos, menos numerosos, estariam em desvantagem. Já o sargento Luís Vaz de Toledo achava que a alforria dos negros os fariam lutar pela revolução.” (ROUANET, 1996)

Essa idéia de que a alforria faria os negros lutarem é a mesma atribuída ao padre Toledo, no momento em que percebe que o movimento foi descoberto. Para Carlos Guilherme Mota, o Padre Toledo, ao procurar o coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, diria que um negro alforriado daria a vida pela sedição. “Tal espírito revolucionário entrevê a nova ordem, embora sua ação emancipadora pareça decorrer mais de uma emergência.”(MOTA, 1996 :64) O coronel, por sua vez, teria respondido que se libertasse o número de negros pedido pelo padre ficaria sem ter com o que trabalhar. “Sua ação (a do padre) estava delimitada pela noção de propriedade e trabalho do coronel”(MOTA, 1996 :64). José Álvares Maciel também pensava na libertação dos escravos como um mal negócio, tanto pela mão-de-obra quanto pela noção de propriedade. Um escravo era um bem bastante valorizado.

A única coisa que é possível depreender sobre as idéias dos inconfidentes em relação à escravidão, é que não havia uma opinião única. Ao que parece a idéia de não libertar nenhum escravo saiu vitoriosa, embora alguns dos conjurados tenham se posicionado a favor.

A idéia de libertar os escravos, pelo menos os nascidos no Brasil, para que estes tomassem partido da revolta, ao que tudo indica, foi rejeitada. Porém, se os conjurados preferiram correr o risco de não contar com a ajuda dos escravos, contavam com ajuda vinda de fora da capitânia, para alcançar seus objetivos. Receberiam apoio de outras partes da colônia e até do mundo que estariam interessadas na liberdade na região das Minas Gerais.

Sob o pseudônimo de *Vendek*, o carioca José Joaquim da Maia começou, em 1787 a se corresponder com Thomas Jefferson – embaixador dos Estados Unidos na França e autor da *Declaração de Independência* das Treze Colônias Inglesas. O contato de Maia com Jefferson teria sido uma incumbência dada a ele por comerciantes cariocas.

Em 21 de março de 1787, os dois se encontraram em Nimes. Jefferson teria se mostrado interessado na emancipação colonial do Brasil e prometido ajuda. De acordo com Furtado, a ajuda requeria um pagamento e na correspondência entre os dois não estaria delimitada a ajuda para o movimento específico, de Minas Gerais. Furtado fala das datas em que se desenrolaram as conversas entre Maia e Jefferson como sendo a última carta deste processo, de 4 de outubro de 1787. No dia 12 de março de 1789, Jefferson anunciou boas perspectivas na relação dos Estados Unidos com Portugal, portanto, é provável que não houvesse nenhuma ajuda à rebelião mineira.

José Álvares Maciel foi quem trouxe as notícias do encontro de Maia com Jefferson. Esse inconfidente também estudou na Europa, tendo regressado em 1788. Nesse período, em que esteve na Europa, entrou em contato com comerciantes ingleses e franceses. Esses comerciantes teriam se mostrado bastante otimistas em relação ao futuro da América Portuguesa e em relação á futuras relações comerciais caso essa se tornasse independente.

Quanto à adesão de outras capitânias ao levante, Tiradentes fez viagens ao Rio de Janeiro. Como a liberdade de comércio era importante também para os cariocas, com quem andou conversando, ele acreditava que receberia apoio dos mesmos.

A sentença considera “falsas” as esperanças de Tiradentes de obter ajuda do Rio de Janeiro e “fantásticas” as de José Álvares Maciel de receber auxílio estrangeiro.

Márcio Jardim não põe em dúvida a ajuda estrangeira, nem a participação dos cariocas. E ainda sugere que alguns dos inconfidentes fossem maçons, o que teria facilitado o acesso aos comerciantes estrangeiros e cariocas.

Quanto às questões políticas do dimensionamento de liberdade, no que tange à relação com a metrópole, esta necessariamente passaria pela definição de um destino para o governador, que era a maior autoridade e o maior expoente do domínio português naquela capitânia.

Uma das propostas seria matar o Visconde de Barbacena. Se assim ficasse decidido, Tiradentes depois de ir atrás de Barbacena e assassiná-lo, cortar-lhe-ia a cabeça. Então, retornaria a Vila Rica “e o alferes, mostrando a cabeça do governador, bradaria que queriam a liberdade.” (MAXWELL, 2001:142) Outra ficaria por conta de um grupo dos conspiradores que queriam apenas que Barbacena fosse conduzido para fora dos limites da capitânia.

“Se por um lado, ‘cortar a cabeça’ e ‘não necessitar mais de governadores’ são atos que poderiam sinalizar para a efetiva constituição da pequena república mineira, por outro lado ‘gritar uma noite inteira pelas ruas de Vila Rica’ e ‘conduzir o governador para fora dos limites da capitânia’ sinalizam para outro sentido: o da ritualística típica dos motins do Antigo Regime, que mesmo com a chegada de novos governadores, acabam sempre afirmando a autoridade real.”(FURTADO, 2002: 212)

“Não precisar mais de governadores” significaria uma ruptura com as condições políticas em que viviam, mas, por outro lado, Furtado identifica “gritar uma noite inteira pelas ruas de Vila Rica” como um ato típico dos motins do Antigo regime.

O que se pode depreender deste fragmento é que não dá para medir que tipo de ruptura pretendiam os inconfidentes, em relação à Portugal, através do destino pretendido para o Visconde de Barbacena. A indefinição em relação a esse ponto dos planos, acompanhada de opções contraditórias entre si, não permitem concluir nada.

Em uma outra parte de seu livro, Furtado reflete sobre que leituras podem ter influenciado os conjurados de 1789. Ao que parece, nenhuma das obras apontadas foi absorvida integralmente. Algumas das idéias de Montesquieu, outras do Abade Raynal, um pouco do *Recueil*, mas nada seguido à risca. “De Raynal e dos ‘americanos ingleses’

beberam a ideologia e as práticas anti-coloniais. De Montesquieu, algumas teses selecionadas.” (MAXWELL, 2001: 171)

A liberdade política, segundo Furtado, ficaria restrita ao território da capitânia das Minas Gerais.

Esses projetos de República eram limitados, se pensados em comparação ao sentido atribuído contemporaneamente, mas não se deve desconsiderar em que época esse movimento aconteceu e nem o peso que tais idéias teriam naquele contexto.

As discussões sobre a liberdade, para o grupo inconfidente, passam pelos mais diversos temas. Pode-se notar que entre eles havia divergência de opiniões e concepções bem diferenciadas em muitos dos pontos listados acima. Entre os que apresentaram divergência estão: a Escravidão e a questão do destino político pós-sedição.

Quanto às questões de se livrar das dívidas para com a metrópole, emancipação da Igreja em relação ao Estado, bem como a liberdade de comércio, extração e produção não parece ter havido discordância.

Pensando sobre o que leva a liberdade para a pauta do dia e faz com que pessoas se reúnam para discuti-la, Gerd Bornheim escreveu:

“As discussões sobre liberdade assentam necessariamente e em princípio na negação de suas próprias bases possibilitadoras. Quero dizer que o único pressuposto histórico viável para que possa instaurar a inteireza do entendimento da questão está na ausência de liberdade.”(BORNHEIM, 1996: 41)

O que levou os inconfidentes a se reunirem e pensarem sobre o que precisaria ser mexido para atingir sua liberdade era, justamente, a falta de liberdade que cada um desses aspectos apresentava. A Igreja dependia do Estado para receber sua parte dos impostos e isso a impeliu a pensar na separação entre eles. O impedimento de escolher com quem comerciar e de fazê-lo sem mediadores levou os conspiradores a desejarem a liberdade de comércio. A dificuldade imposta pela coroa portuguesa à extração dos bens minerais da região trouxe a vontade de se livrar desse peso. O fato de depender da metrópole para obter bens manufaturados e da impossibilidade de produzi-los aqui gerou insatisfação e os levou querer tomar as rédeas da situação.

Mas, para conseguir emancipar-se em todos esses sentidos fazia-se necessária uma mudança política, que poderia ser a manutenção do sistema colonial, embora com outro governador para a capitânia ou a instalação de um novo Estado.

Tratou-se, até este ponto, dos aspectos que envolvem liberdade e os planos da Inconfidência Mineira de 1789 com o propósito de entender sobre que temas e de que maneiras os inconfidentes pensaram a liberdade. A necessidade desta explanação reside em permitir que se perceba a sutileza da apropriação dos ideais libertários inconfidentes e sua incorporação pelos discursos oficiais da festa do 21 de abril em Ouro Preto e em uma Ordem do Dia do Exército Brasileiro, publicados pelo jornal *Estado de Minas*.

É claro que a Inconfidência não foi o principal alvo da propaganda ditatorial, aliás não foi alvo, mas um dos diversos panos de fundo. Uma propaganda estatal bem feita não se esgota em um só assunto. Ela deve permear discretamente assuntos de interesse geral e boa aceitação. A força mitológica de Tiradentes e a abrangência dos sentidos de liberdade intrínsecos ao movimento sedicioso, que a propósito não se concluiu, tornaram esse tema um farto espaço para difusão de idéias políticas com diversas finalidades.

Hoje, para a maioria dos brasileiros, está enraizada uma memória negativa do regime militar. Mas, não se pode esquecer que esse regime durou vinte e um anos e que durante este período, fora uma parcela politizada e intelectualizada, a população apoiava o governo. Aliás, o golpe só foi possível porque tanto a imprensa quanto a sociedade pediram a intervenção militar e o afastamento de João Goulart. Não se pode esquecer da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, que contou com a participação de extensos setores da classe média e da burguesia.³

Segundo Carlos Fico, para que um regime autoritário, como o regime militar no Brasil, se mantivesse no poder por mais de duas décadas, era preciso que a maioria da sociedade fosse favorável ao regime e que a outra parte não se manifestasse. Para conseguir este suporte o governo fez uso dos mais diversos métodos: desde as práticas mais autoritárias como a tortura, censura e cassações de direitos civis e políticos, até à propaganda destinada tornar o governo e seus atos legítimos.

Uma das diversas bases utilizadas para suportar a propaganda legitimadora do regime, foi a Inconfidência Mineira, divulgada especialmente, no estado de Minas Gerais.

³

Ver: GASPARI (2002) e D'ARAUJO; SOARES & CASTRO (2004).

O início de tudo foi a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República. A carta renúncia de Jânio foi entregue no dia 25 de agosto de 1961 e seu vice, João Goulart, deveria assumir o comando.

“O governo João Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado. Se em agosto de 1961 o golpe pôde ser conjurado, em abril de 1964, no entanto ele deixaria de se constituir no fantasma – que rondou e perseguiu permanentemente o regime liberal-democrático inaugurado em 1946 – para se tornar uma concreta realidade.” (TOLEDO, 2004: 7)

O golpe conjurado de que fala Caio N. de Toledo, foi a tentativa, por parte de ministros militares e da UDN, de impedir a posse de Jango em 1961.

Mas o que teria João Goulart de tão ameaçador? Para as mentalidades e o passado político recente àquela época, sem mencionar o contexto político mundial, só o fato de Jango ser filho de São Borja, mesma cidade de Getúlio Vargas, era motivo de sobra para preocupar os anti-getulistas. Como se não bastasse, ele ainda exerceu, dentre outros cargos políticos, o posto de Ministro do Trabalho no governo Vargas em 1953.

Esse “*fantasma*” de golpe deu mostras de sua força ainda em setembro de 1961. Ao perceber que não haveria como impedir a posse do presidente Goulart deu-se um golpe menos drástico, um “*golpe branco*” nas palavras de Toledo. O congresso votou pela redução dos poderes do presidente e “por escassos dezesseis meses o país conviveu com a experiência parlamentarista, sepultada após uma fragorosa derrota no plebiscito de 6 de janeiro de 1963.”(STARLING, 1986: 24)

Graças ao referido plebiscito, o Brasil retornou ao regime presidencialista. A partir daí, o governo Goulart, que desde seu nascimento já vinha sendo tumultuado, experimentou momentos ainda mais conturbados a partir desse ponto.

Se até então a situação parecia desordenada, no último ano de João Goulart na presidência, as coisas ficariam realmente fora de controle.

A direita insinuava que a esquerda faria uma revolução comunista apoiada pelo presidente. Isso se baseando nas sucessivas greves que vinham estourando sem que houvesse qualquer repressão por parte da polícia federal. Concomitantemente, a direita estava tramando o golpe final.

Parte da execução desse golpe passava pela organização da sociedade e da imprensa pedindo intervenção militar que impedisse as chamadas “Reformas de Base” de se realizarem. Essas reformas “não tinham assim nenhum caráter transformador;

muito menos revolucionário, como apregoavam setores das classes dominantes.”(TOLEDO, 2004: 117) O grande problema estava na mais polêmica das propostas de reforma: a Reforma Agrária, que acabou por assustar os latifundiários.

Neste ponto a “*Marcha da Família com Deus pela Liberdade*” teve grande importância, bem como as construções do imaginário anticomunista e a aproximação da imagem de Jango com o comunismo. Essa imagem de Goulart comunista agravou-se após o famoso comício da sexta-feira 13, em março de 1964, quando esse defendeu as reformas de base.

Sem resistência por parte das forças aliadas a João Goulart, sem derramamento de sangue nem lutas, o golpe militar foi levado a cabo no dia 31 de março de 1964.

Ovacionados pela imprensa e pela sociedade, temerosa de que a esquerda comunista estivesse tramando tomar o poder, os militares assumiram o comando do país.

Nos quatro primeiros anos do regime militar foram editados cinco Atos Institucionais em complementaridade à constituição. O mais duro deles certamente foi o AI-5 que deu contornos ditatoriais definitivos ao governo militar, até então, visto como uma intervenção para arrumar o cenário político e devolvê-lo aos civis.

O AI-2 já havia dado ao governo o poder de intervir nas atividades da Imprensa, mas foi com o AI-5 que a intervenção tornou-se mais efetiva e respaldada pela lei.⁴

É nesse contexto, de golpe com vistas à defesa da democracia até o endurecimento e a efetivação da ditadura militar mostrando que veio para ficar, que será analisado como o mito inconfidente foi evocado.

Os governos ditatoriais têm maior necessidade de se fazerem aceitos. As características arbitrárias deste tipo de governo exigem um pano de fundo agradável aos olhos dos governados.

A composição do imaginário político tem como elemento importante fatos do passado. “*Il serait absurde d’imaginer que l’usage politique de l’histoire est une nouveauté.*”(LEVI, 2001: 26)⁵ Em todo o mundo são celebrados os heróis nacionais e se faz necessária manter viva a memória destes. Uma vez que na história de um país está sua força política e é reativando o respeito por fatos gloriosos do passado nacional que se mantém o sentimento patriótico e se legitimam ações.

⁴ Ver: FICO (2004); GASPARI (2002); AQUINO (1999); SMITH (2001); entre outros.

⁵ “Seria absurdo imaginar que o uso político da História é uma novidade”

“Tout ont eu affaire à un phénomène qui donne au passé de la société un air étrange de déjà vu, de quelque chose que fait retour, au moins en apparence, qui agit comme une force souterraine, une répétition. Répétition des situations, répétition des arguments, des slogans, des rhétoriques, des citations, pris dans une immense intertexte mémoriel des événements.” (ROBIN, 2003: 37)⁶

Nesta passagem de Régine Robin, dá um resumo do que aconteceu quando o mito inconfidente foi retomado, embora a autora não trate deste tema especificamente. A repetição insistente de slogans, falas, nomes e etc. causa uma sensação de “*déjà vu*” a cada nova evocação. O receptor destas mensagens foi acostumado a recebê-las e as aceitou bem. Foi criado um imenso intertexto memorial desses eventos históricos, que, no caso da Inconfidência Mineira, foram sendo inculcados ao longo dos anos, desde o movimento republicano, no inconsciente coletivo. Neste intertexto, existem chamadas que vêm à mente, automaticamente, assim que mencionado o evento. A Inconfidência Mineira, por exemplo, remete a ideais de liberdade, heroísmo e idealismo, que nem sempre são dirigidos ao movimento inconfidente como todo, mas, principalmente, a Tiradentes.

Mas por que dar ênfase à característica de movimento pela liberdade, suscitada pela conjuração de 1789 em um período de ditadura?

A resposta a essa questão parece simples. O grande trunfo para a manutenção do regime militar, por 21 anos, foi a luta contra o comunismo, foram as forças subversivas. O imaginário ditatorial foi tecido sobre essa luta, em que o comunismo representaria o mal e os militares – o Estado – o bem. A luta do governo militar contra a subversão comunista poderia ser facilmente comparada à luta dos Inconfidentes Mineiros contra a coroa Portuguesa, ou a liberdade contra a opressão. Esta visão maniqueísta da Inconfidência, como é de conhecimento geral, faz parte da história oficial que foi fortemente reforçada no período militar. Para confirmar essa afirmação, é só consultar os livros didáticos de história ou os manuais de Moral e cívica utilizados nesta época nas escolas brasileiras.

Obviamente, o grupo que se colocaria na posição antes ocupada pelos inconfidentes seriam os militares. Fazer a aproximação destes com os que passaram à

⁶ “Tudo é o tratamento que se dá a um fenômeno que dá ao passado da sociedade um estranho ar de déjà vu, de qualquer coisa que faz retornar, ao menos aparentemente, que atua como uma força subterrânea, uma repetição. Repetição de situação, repetição de argumentos, slogans, retóricas, citações, preso em um imenso intertexto memorial dos eventos”.

memória popular como precursores da luta pela liberdade mascararia a característica opressora do regime militar. Na verdade, o mito inconfidente era um poderoso catalisador do imaginário anticomunista.

O texto a seguir é uma *Ordem do Dia* do Exército que foi publicada no *Estado de Minas* no dia 21 de abril de 1964, na quarta página da primeira seção:

“Ordem do dia do Exército sobre data de Tiradentes

A data de hoje recorda o martírio e a glória do alferes Joaquim José da Silva Xavier. Que se consagrou para a posteridade com o nome simbólico de Tiradentes.

A 21 de abril de 1792, há, portanto 172 anos, foi enforcado nesta cidade pelo que a Justiça Real considerou crime: querer uma pátria, fundar uma nação.

Nesta hora de angústia quando quase dois séculos nos separam da tragédia de 1792 voltamos o pensamento para a figura do herói que vestia nossa farda e morreu em holocausto à liberdade dos brasileiros confrontemos os aspectos da sua causa e da sua luta com o presente para que se compreenda extensão dos perigos que nos rondavam as portas e nos ameaçavam com a supressão da soberania.

Em 1792 matava-se um homem que alimentava a esperança de libertar-nos do jugo. Em 1964 o que se premeditava com planos monstruosos em início de execução era o esquarteramento da pátria, a guerra fratricida que terminaria no opróbrio da subordinação do Brasil ao imperialismo soviético. Era o desaparecimento do Brasil no mapa do mundo civilizado e cristão em que vivera quatro séculos. Graças a Deus o grande crime não se consumou. Demonstramos estar possuídos de todo vigor para enfrentar a tentativa de aniquilamento. E a liberdade sonhada por Tiradentes, herói do nosso culto, encontrou nos soldados de Caxias sua fortaleza invulnerável. Mais uma vez a liberdade foi salva.

È preciso que daqui em diante o triunfo não se desfigure ou se perca.

E que a lição destes dias de inquietação e de tormenta nos sirva para que a paz penosamente reconquistada nos conduza a um futuro feliz, com um Brasil unido e operoso, sempre alerta porque o inimigo não está morto.”

Quando foi expedida esta *Ordem do Dia*, havia menos de um mês que o golpe militar tinha saído vitorioso. Neste texto estão explícitas as principais formas de uso da imagem da Inconfidência Mineira para traçar o paralelo entre esta e o governo que se iniciava. As frases que aludem à liberdade pretendida por Tiradentes e à liberdade conservada pela ação militar do dia 31 de março de 1964 estão sempre juntas e a

comparação entre os dois momentos estabelecida. O redator da ordem teve o cuidado, nem sempre ressaltado, de lembrar que Tiradentes era um militar e que naquele momento precisavam recordar o *“herói que vestia nossa farda”*.

Em uma outra passagem, o texto usa a expressão *“o esquitejamento da pátria”* para definir o que o “perigo comunista” faria com o país. Aí a palavra esquitejamento põe os “inimigos da nação” na mesma posição dos que assassinaram Tiradentes. A frase prossegue concluindo que o esquitejamento da pátria terminaria *“no opróbrio da subordinação do Brasil ao imperialismo soviético.”*

O texto termina afirmando que o perigo combatido pelas forças armadas ainda está vivo, como quem diz que precisa ficar atento e vigilante e deixa uma porta aberta para agir em nome de defender a nação desta ameaça.

Nesta *Ordem do Dia*, a liberdade de que ela trata não pertence aos inconfidentes mineiros, mas só a Tiradentes, o que é compreensível, dado o fato de que o dia 21 de abril é o “dia de Tiradentes”.

No mesmo dia o presidente Castelo Branco seria orador principal das comemorações do Dia de Tiradentes em Ouro Preto. O discurso obteve grande notoriedade e repercussão, segundo matérias publicadas posteriormente.

“Graças, porém, à presteza com que toda a nação, unida em torno dos seus mais caros e profundos sentimentos, atendeu à convocação dos dirigentes do vitorioso movimento iniciado a 31 de março, vimos que não apenas a gloriosa Minas Gerais, mas toda a nacionalidade continuam fiéis às aspirações daqueles cujos sacrifícios hoje celebramos, para honra do passado e exemplo dos contemporâneos. Fizemos, graças a isso, uma revolução autenticamente nacional do mesmo modo que somente forças exclusivamente brasileiras darão rumo e impulso ao vitorioso movimento.
(...)

Podem os brasileiros ter a segurança de que o futuro não desmerecerá os sonhos de emancipação da Inconfidência, que bem se reconhece em tudo quanto o povo mineiro e o seu ilustre governador (**Magalhães Pinto**) acabam de realizar pela liberdade e pelo progresso do país.”⁷

Alguns elementos desta parte do discurso devem ser levados em consideração. Quando ele fala do *“movimento iniciado a 31 de março”* dá-se a entender que o

⁷ BRANCO, Castelo. Não se fez revolução em favor de privilégios. In: *Estado de Minas*, 23 de abril de 1964. Primeira seção. p.1.

processo não está finalizado. Adiante, diz que graças ao belo exemplo deixado pelos inconfidentes é que se fez a “revolução”. Mas, por que o termo “revolução”?

O governo militar reivindicou para si o título de revolucionário nos primeiros anos de sua vigência. Respalhada nos ideais inconfidentes, ou seja, em um antigo ideal “nacional”, está a autenticidade da “revolução”. O discurso continua conclamando o povo a colaborar, apoiar e a lutar junto com os novos dirigentes do país para que se dê “*rumo e impulso ao vitorioso movimento*” que se iniciara em 31 de março de 1964.

No meio desta construção discursiva, aparece o elemento da evocação do passado glorioso da conjuração, que estava sendo comemorada, “*vimos que não apenas a gloriosa Minas Gerais, mas toda a nacionalidade continuam fiéis às aspirações daqueles cujos sacrifícios hoje celebramos, para honra do passado e exemplo dos contemporâneos*”. O povo é conclamado a aderir aos planos do novo governo, inspirados na lição do passado do estado de Minas Gerais. E, no final do discurso, são comparadas as ambições políticas do discursante com o mesmo passado. Novamente, a emancipação sonhada pelos inconfidentes, que na história oficial nada mais era do que constituir a nação brasileira livre de Portugal, é comparada com a liberdade preservada pelo afastamento do comunismo que tiraria o país dos trilhos do progresso.

Ao expressar agradecimento e reconhecimento da importância do povo mineiro e seu então governador, o senhor Magalhães Pinto, em relação à vitória da “revolução”⁸Castelo Branco se referiu à participação de Magalhães Pinto no desencadeamento do golpe. Magalhães, juntamente com o general Olympio Mourão Filho, conseguiu adiantar a data prevista para o golpe, que segundo Heloísa Starling, estava previsto para acontecer entre 2 e 10 de abril e foi dado no dia 31 de março de 1964.

Por causa desses acontecimentos e de sua conhecida participação, Magalhães acabou por roubar a cena de seus opositores, o grupo denominado “*Os Novos Inconfidentes*”. Heloísa Starling diz:

“Ao se apropriarem ideologicamente da Inconfidência Mineira, os conspiradores de 1964 estão buscando sua legitimidade em um movimento que passou a ser

⁸ Quando é usado o termo revolução para se referir ao golpe militar de 1964, o isto é feito por ser este o termo usado pelos próprios militares para se referir ao movimento golpista. Ou melhor, é para usar a linguagem da época e não por concordar que tenha se tratado de uma revolução.

identificado com a essência mesma do que se convencionou designar como ‘espírito mineiro’”. (STARLING, 1986: 87)

Não se pode negar a influência que *Os Novos Inconfidentes* exerciam sobre a vida política na década de 1960. Acredita-se que ao se referir ao povo mineiro e sua importância Castelo também se referia a este grupo, que era composto por pessoas da elite mineira.

Os Novos Inconfidentes tinham sua linha de ação claramente definida.

“O inimigo a ser derrotado era, obviamente, o ‘comunismo’ em suas ‘múltiplas formas’. Tratava-se de uma guerra ideológica entre ‘comunismo e democracia’, cujo fim último a ser alcançado estava na ‘defesa do Brasil e do continente americano contra a infiltração comunista’ e sua derrota final.” (STARLING, 1986: 95)

É preciso dizer que *Os Novos Inconfidentes* e o senhor Magalhães Pinto eram inimigos políticos, por considerarem os primeiros que o segundo tinha um posicionamento “ambíguo”, que ora apoiava Jango ora não. Essa divergência agravou-se depois que o nome de Magalhães despontou como líder do movimento anti-jaguista na ocasião do golpe ofuscando a participação d’*Os Novos Inconfidentes*.

Em seu último discurso para o Dia de Tiradentes, na condição de governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto falou sobre a liberdade que os inconfidentes queriam para o povo e dos ideais dos mesmos até estabelecer o paralelo com a situação política que atravessava:

“Esses eram os ideais que moviam os inconfidentes mineiros. Libertação do homem, libertação da terra, libertação nacional, sob um regime livre.

Vemos em nossa revolução democrática, igual motivação, idênticos propósitos. Pelo modo como andavam as coisas no Brasil, havia indicações muito nítidas de que pairava sobre nós o perigo de perdermos, em primeiro lugar, a liberdade política, para depois nos descaracterizarmos como nação e como unidade geográfica, o que resultaria, afinal, na escravidão do povo brasileiro. Marcamos o dia do nosso ‘batizado’. E foi em Minas, outra vez. E outra vez se abriu, daqui para o país, uma era de liberdade e de novas esperanças.”⁹

Primeiro o discursante estabelece o elo entre a Inconfidência Mineira de 1789 e o movimento de 1964 dizendo que esses compartilhavam dos mesmos propósitos –

⁹ PINTO, Magalhães. Não é hora ainda de dizer que a missão está cumprida. In: Estado de Minas. 23 de abril de 1965. Primeira seção. p.5.

“Libertação do homem, libertação da terra, libertação nacional, sob um regime livre”. O que significava o fim de uma relação colonial no século XVIII, agora significava se livrar de um perigo infiltrado e eminente.

A preocupação com esse perigo está na passagem *“pairava sobre nós o perigo”*, que dá a impressão de que o perigo invisível, conspiratório, de algo que aguarda na espreita para dar o bote. É perceptível um tom extraterreno, que segundo Rodrigo Patto Sá Motta era elemento comum na construção dos discursos anticomunistas.

Analise-se as ameaças que esse “perigo” representava: *“Perdermos a liberdade política”; “nos descaracterizarmos como nação e como unidade geográfica”; “resultaria na escravidão”*. A perda da liberdade política está associada à tomada do poder pelo comunismo. A descaracterização como nação e unidade geográfica se deve à noção de que todos os países comunistas formavam um único bloco chefiado pela URSS. Segundo Motta, o imaginário anticomunista desconsiderava as divergências entre os países, como China e URSS, sempre se referindo a eles como um bloco coeso com sede em Moscou. Nesta perspectiva, a escravidão do país seria o fim inevitável.

Magalhães se refere ao dia do golpe como o dia do “batizado”. Desta forma ele faz um paralelo entre o dia escolhido para deflagrar a Inconfidência Mineira, que seria comunicado aos conjurados através dessa senha – tal dia é o dia do batizado. Nessa passagem tem-se a impressão de que, finalmente, os ideais inconfidentes teriam se concretizado, ou pelo menos perpetuado com o afastamento do perigo comunista, alcançado no dia 31 de março de 1964.

Examine-se uma parte da trajetória partidária do ex-governador de Minas Gerais empossado em 31 de janeiro de 1966, o senhor Israel Pinheiro.

Israel fazia parte do PSD quando o AI-2 fora decretado. Esse Ato Institucional determinava, entre outras coisas, a dissolução dos partidos políticos, permitindo a existência de apenas dois: MDB, que faria a “oposição”; e Arena, o partido da situação.

No site oficial do PMDB, Israel Pinheiro é definido como “oposicionista pouco ortodoxo, que rapidamente aderiu ao poder central.”¹⁰ Isso porque, após a dissolução dos partidos, Israel filiou-se à Arena.

¹⁰

Ver: <http://www.pmdb-pb.org.br/ver2/historia.php#1>

No ano de 1966, os discursos do dia de Tiradentes em Ouro Preto foram curtos e não trouxeram muitos elementos que caibam a essa discussão. O único excerto comentado é o do discurso de Israel Pinheiro, como então governador de Minas:

“Hoje, como ontem, somos um povo faminto de futuro e só o conquistaremos na medida que realizarmos a bela aspiração do Tiradentes, a conciliação da República com a liberdade ou, em nossos dias, a conciliação da liberdade com a autoridade.”¹¹

Tiradentes, ao que tudo indica, realmente era republicano. O que foi encontrado de problemático na parte do discurso de Israel Pinheiro citada acima é a questão de conciliar liberdade com autoridade. Parece que a liberdade neste caso é uma liberdade limitada. Seria preciso saber qual é o limite imposto pelo regime governamental para então conseguir conciliar a liberdade com autoridade.

A aspiração de conciliar República com Liberdade imputada a Tiradentes estaria na liberdade em relação ao colonizador, em se livrar dos limites impostos por Portugal. Já quando se fala em conciliar “*liberdade com autoridade*” dá-se a impressão de que a liberdade estará sendo restringida e, portanto deve caber dentro dos limites impostos pela autoridade, que nesse caso seriam os militares. Embora neste ponto de sua carreira política Israel já tivesse aderido à Arena, parece que sua fala fez uma crítica sutil ao governo militar.

Curiosamente, em 1967 a liberdade não foi o ponto forte dos discursos. O *Estado de Minas* publicou dois deles e em nenhum a liberdade aparece como peça chave. O que era evocado era a união e a disciplina, o apoio incondicional do povo aos propósitos do governo, que naquele ano tinha mudado de presidente. No mês de março, subiu ao poder o General Costa e Silva.

A liberdade apareceu sob uma forma bastante interessante no único discurso publicado pelo *Estado de Minas* no dia 23 de abril de 1968. Foi reproduzido, apenas, o discurso do orador oficial – o então deputado pelo MDB, senhor Carlos Cotta.

Na mesma página em que estava o discurso, constava um pequeno comentário, redigido pelo jornal, quanto à recepção dos militares sobre o tal discurso, dizendo que o mesmo foi considerado subversivo tanto pelos militares quanto pelas autoridades presentes. Em sua fala, Carlos Cotta disse que se Tiradentes fosse vivo naquele ano, certamente estaria nas praças, nas passeatas contra a violência.

¹¹ PINHEIRO, Israel. Impõe-se na hora presente uma pausa nas dissensões. In: Estado de Minas. 23 de abril de 1966. Primeira seção. p.16.

“Se ele aqui estivesse estaria ao lado dos seus camaradas, nas milícias ou no exército, a defender o direito do uso da palavra e a garantia da expressão do pensamento.”¹²

O discurso em questão aponta para os anseios de pessoas que não foram envolvidas pela aparência do novo governo. No ano de 1968, a censura ainda não vigorava com toda sua força, porque o AI-5 ainda não havia sido decretado, mas é sabido que já era praticada. Ainda assim, o deputado Carlos Cotta dirigiu palavras a favor da liberdade de expressão. Os anos anteriores fecharam com um número bem elevado de denúncias sobre mortos e desaparecidos políticos. Logo, a questão da violência foi expressa no discurso de Carlos Cotta. Quando ele afirma que Tiradentes, se ali estivesse, estaria ao lado dos camaradas – que é a forma com que os adeptos do comunismo se tratavam – a defender o uso da palavra e a expressão do pensamento, faz claramente uma denúncia à impossibilidade de manifestar-se contrário ao governo.

Os inconfidentes fizeram uso da liberdade de pensamento, o que pode ser percebido no teor de algumas bibliotecas, nas ações do alferes Silva Xavier em suas tentativas de cooptar pessoas para o movimento, nas reuniões para discutir os planos sediciosos e, ainda, por chegar a se organizar contra a coroa, mesmo sabendo da força da repressão. O discurso foi dirigido à liberdade de ter opiniões, de debater sem sofrer coações.

Esses foram os temas, que relacionavam o governo militar e a liberdade pleiteada pelos inconfidentes, abordados pelos discursantes dos primeiros anos do governo militar nas comemorações de Ouro Preto. Muitos destes retornariam outras vezes em falas posteriores. Alguns exaltados e outros mal recebidos, mas sempre traçando paralelos entre o movimento inconfidente e a situação política que o Brasil estivesse atravessando.

Tanto a *Ordem do Dia* quanto os discursos analisados foram publicados pelo *Estado de Minas*, que já naquela época era o principal jornal de Minas Gerais.

É verdade que não se pode afirmar que todos os leitores do jornal o leiam integralmente e nem que dêem a mesma importância a todos os cadernos e notícias. Por outro lado, é fato que a tiragem deste periódico na década de 60 já era bastante

¹² COTTA, Carlos. Evocando o exemplo dos Inconfidentes. In: *Estado de Minas*. 23 de abril de 1968. Primeira seção. p.17.

expressiva e também é fato que tanto a *Ordem do Dia* quanto os discursos foram publicados. Com isso, quer-se dizer que chegaram aos cidadãos comuns, mesmo os que não compareceram à festa de Ouro Preto, ampliando o alcance das idéias contidas nestes.

Os espectadores da festa do dia de Tiradentes não apresentavam o mesmo comportamento dos dias de hoje. Desde o início das comemorações em 1952 até meados da década de 1980, não houve registro, por parte da imprensa, de protestos ou outro objetivo que não fosse assistir à comemoração. O que leva a crer que quem ia à Praça Tiradentes comparecia para ouvir os discursos e ver os condecorados.

Trata-se de um período (1964-1968) em que a população estava eufórica com a vitória das forças “revolucionárias” sobre a “ameaça comunista”. Como pôde ser observado, foi uma temática recorrente na comparação entre a Inconfidência Mineira de 1789 e o início do governo militar. No material analisado, a ligação estabelecida entre esses dois fatos históricos está na luta contra a opressão e a libertação ora pretendida em relação à Coroa Portuguesa ora contra o “mal comunista”.

Foram analisados dois discursos que teceram críticas ao governo militar, um de forma sutil e outro abertamente. Embora fossem bastante escassos, os discursos críticos apareceram.

As solenidades do Dia de Tiradentes configuram espaço bastante expressivo para a difusão de ideologias. Comemorar um movimento que é tão simpático ao povo brasileiro, sobretudo o mineiro, e se comparar a ele dá contornos agradáveis aos propósitos dos discursante.

Ao apropriar-se de um passado enaltecido na memória coletiva de um país e, através dessa apropriação, construir um discurso que sirva para outros fins é uma prática adotada no mundo inteiro.

“As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado servem a interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para integração real da classe dominante (...); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto a desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções” (BOURDIEU, 2003:10)

Neste caso, a ideologia não está em oposição ao mito inconfidente, melhor dizendo, a ideologia é construída em cima do mito, embora não seja igual a ele.

E assim se apoderou a ditadura, ainda em seu início, do imaginário pré-existente da Inconfidência Mineira, nos discursos proferidos no palanque oficial da festa do dia 21 de abril em Ouro Preto.

Bibliografia:

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978)*. O exercício cotidiano da dominação e da resistência. Bauru: EDUSC, 1999.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república – de 1960 a 1967*.v.4. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1985.

BORNHEIM, Gerd. As medidas da liberdade. In: NOVAES, Adauto. *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon Soares & CASTRO, Celso (orgs.). *Visões do golpe*. A memória militar de 1964. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FONSECA, Thaís Nívea de lima e. *Da infâmia ao altar da pátria: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes*. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 2001.

FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Hélio. *A ditadura envergonhada: As ilusões Armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François & REVEL, Jaques (orgs.). *Les usages politiques du passé*. Paris: EHESS, 2001

HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil – 1500 a 1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

JARDIM, Márcio. *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.

LEVI, Giovanni. Le passé lointain. In : HARTOG, F. & REVEL, J. *Les usages politiques du passé*. Paris: EHESS, 2001

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de revolução no Brasil (1789-1801): Estudo das formas de pensamento*. São Paulo: Ática, 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho – O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

NOVAES, Adauto (org). *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

REIS, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

ROBIN, Régine. *La mémoire saturée*. Paris: Éditions Stock, 2003.

ROUANET, Sérgio Paulo. As Minas iluminadas: A ilustração e a Inconfidência. In: NOVAES, Adauto (org). *Tempo e História*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo à Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado – o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais*. Os Novos Inconfidentes e o golpe de 64. Petrópolis: Vozes, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o Golpe de 1964*. 18a. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808 – O império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<http://www.pmdb-pb.org.br/ver2/historia.php#1>. Visitado em 20/03/2009.